Atividade Legislativa



Projeto de Lei do Senado nº 198, de 2002

Autoria: Senador Sebastião Bala Rocha (PDT/AP)

Iniciativa:

Ementa:

Transfere ao domínio do Estado do Amapá terras pertencentes à União e dá outras providências.

Assunto: Organização do Estado - Organização Federativa

Data de Leitura: 06/08/2002

Tramitação encerrada

Decisão: Arquivada ao final da Legislatura (art. Último local:

Destino: Ao arquivo **Último estado:** 22/01/2007 - ARQUIVADA AO FINAL

DA LEGISLATURA

Relatoria:

CCJ - (Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Relator(es):

Senador José Eduardo Dutra (encerrado em 22/12/2014 -)

Senador Aloizio Mercadante (encerrado em 22/12/2014 -)

TRAMITAÇÃO

09/04/2007 SF-SARQ - Secretaria de Arquivo

Ação: Arquivado.

22/01/2007 SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Situação: ARQUIVADA AO FINAL DA LEGISLATURA

Ação: Matéria arquivada ao final da 52ª Legislatura, nos termos do art. 332 do Regimento Interno e do Ato nº 97, de 2002, do

Presidente do Senado Federal.

Ao Serviço de Protocolo Legislativo, com destino à Secretaria de Arquivo.

Publicado no DSF Páginas 52 Suplemento (nº 228-B)

09/01/2007 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Encaminhado à Secretaria-Geral da Mesa, para atender ao disposto no art. 332, do Regimento Interno do Senado Federal (Final

da 52ª Legislatura).

À SSCLSF.

24/10/2005 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Recebido o relatório do Senador Aloizio Mercadante, com voto pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que

apresenta

Matéria pronta para a Pauta na Comissão.

Atividade Legislativa



Projeto de Lei do Senado nº 198, de 2002

TRAMITAÇÃO

08/04/2003 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Redistribuído ao Senador Aloizio Mercadante, para emitir relatório.

19/02/2003 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Matéria aguardando redistribuição.

23/01/2003 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Recebido na CCJ.

Aguardando Instalação da Comissão.

15/01/2003 SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Ação: À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para continuar tramitando, à vista do disposto no inciso III do art. 332 do

Regimento Interno, com a redação dada pela Resolução nº 17/2002, e nas instruções da Secretaria-Geral da Mesa (Ato nº 97, de

2002, do Presidente do Senado Federal, publicado no Diário do Senado Federal do dia 21/12/02.)

14/01/2003 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: À SSCLSF (§ 2º, art. 89, do RISF, combinado com a Resolução nº 17/2002-SF, que altera o art. 332 do RISF).

14/10/2002 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Distribuído ao Senador José Eduardo Dutra, para emitir relatório.

11/10/2002 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

Matéria aguardando distribuição.

07/08/2002 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS

Ação: Matéria sobre a Mesa desta Comissão aguardando apresentação de emendas, e posterior distribuição.

06/08/2002 SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação: Leitura.

À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa onde poderá receber emendas por um período de cinco dias úteis, após sua publicação e distribuição em avulsos.

Atividade Legislativa



Projeto de Lei do Senado nº 198, de 2002

TRAMITAÇÃO

Ao PLEG com destino à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Publicado no DSF Páginas 15202-15203

06/08/2002 SF-PLEG - PROTOCOLO LEGISLATIVO

Este processo contém 06 (seis) folhas numeradas e rubricadas.

À SSCOM.

DOCUMENTOS

Texto inicial - PLS 198/2002

Data: 06/08/2002

Autor: Senador Sebastião Bala Rocha (PDT/AP)

Descrição/Ementa: Transfere ao domínio do Estado do Amapá terras pertencentes à União e dá outras providências.